

## OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE: EMANCIPAÇÃO OU ALIENAÇÃO?

### THE WAYS OF EDUCATION AT THE UNIVERSITY: EMANCIPATION OR ALIENATION?

Janicleide Marques Lima <sup>1</sup>  
Sérgio Ricardo Ribeiro Lima <sup>2</sup>

**Resumo:** Começaremos este texto com uma indagação: a que está servindo a produção do conhecimento na universidade? O objetivo deste texto é refletir sobre a crise da educação nas universidades, que tem levado à alienação. Tem por referência teórica Marx e Nietzsche. A metodologia segue uma análise comparativa. A crise da educação diz respeito ao fato de o conhecimento nas universidades servir a interesses do Estado e do capital. As estruturas dominantes do sistema vigente, suas contradições e as crises que elas acarretam, têm transformado o conhecimento em mero objeto de valorização do capital e a ele subordinado, assim como aos interesses do Estado, comprometendo a ênfase na elevação da cultura humana.

**Palavras-chave:** educação; universidade; alienação; emancipação.

**Abstract:** We begin this text with a question: which is serving the production of knowledge in the university? The aim of this paper is to reflect on the crisis of education in universities, which has led to the alienation. This text is theoretical reference Marx e Nietzsche. The methodology follows a analysis comparative. The education crisis relates to the fact that knowledge, although produced in a public institution, serving the interests of state and of capital. The dominant structures in the current system, its contradictions and crises that they entail, have transformed knowledge into a mere object of capital appreciation and it subordinate, well as the interests of the state, undermining the emphasis on raising human culture.

**Keywords:** education; university; alienation; emancipation.

---

<sup>1</sup>Licenciada em Filosofia; Mestranda em Ciências Jurídico- filosóficas pela Universidade de Lisboa- Portugal; [jane\\_mlima@hotmail.com](mailto:jane_mlima@hotmail.com);  
<http://lattes.cnpq.br/5172866140261944>

<sup>2</sup> Pós-doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Coimbra- Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas- Universidade Estadual de Santa Cruz UESC/ Ilheus;  
[srcardo@uesc.br](mailto:srcardo@uesc.br); <http://lattes.cnpq.br/4161733075886337>

## Introdução

As transformações pelas quais tem passado a educação parecem terem seguido a rota das transformações econômicas, quer dizer, o modo de produção capitalista. Tem-se observado que da década de 1980 em diante a educação brasileira em geral – no caso das universidades, mas por volta da década de 2000 – tem se direcionado para o ensino privado, ao mesmo tempo em que tem passado por uma forte perda de qualidade o ensino público. Perguntamos: a que se deve essa mudança?

No caso das universidades, observam-se duas perspectivas: a) a perda da prioridade do ensino em detrimento da pesquisa e da extensão, mas principalmente da pesquisa; b) um forte apelo quantitativo e socialização das produções nas publicações – volume de produção – com respectiva perda do caráter qualitativo e científico da pesquisa. Produz-se muito com pouca qualidade e de caráter científico duvidoso. Esse último aspecto é conhecido pelo *produtivismo científico*. E é esse o que mais preocupa.

Por outro lado, observa-se que a universidade tem perdido continuamente aquele caráter fundamental como espaço de troca de ideias, reflexões teóricas, pensamentos, ou seja, o caráter da universalidade. Isto se refere a pensar – com base nos grandes pensadores – o sentido de nosso progresso, do significado e tipo de riqueza nós estamos produzindo, que proposta de emancipação humana (humanização) está na ordem do dia, se é que há alguma.

Em nosso cotidiano estamos respirando a busca desenfreada por publicações e projetos de pesquisa que valham pontos em nossos baremas e currículos. Quer dizer, não importa o tipo de produção, mas a produção. Esse é um problema institucional-hierárquico: vem do CNPq, CAPES, Fundações de Pesquisa e adentra nas universidades e, destas, para os departamentos. A classe docente está vivendo uma verdadeira disputa interna por publicações, o que tem levado a problemas de saúde, como esgotamento físico e, principalmente mental, isto é, ao stress e à fadiga. As salas de aula deixaram de ser o espaço privilegiado na universidade em nome dos escritórios de projetos. Afinal, é com eles que se aprovam projetos, angaria recursos e se faz viagens. A sala de aula passou a ser um espaço desestimulante para professor e aluno. E parte maior do

problema não está nas universidades, mas nas instituições que estimulam esse processo. Um professor reconhecido não é um bom mestre, mas um professor que publica e tem projetos. Quanto mais, melhor. Quer dizer, esse é o professor produtivo. Um bom professor de sala de aula, que privilegia o ensino, mas que tem pouco projeto e que produz pouco, ou que não socializa as produções, é improdutivo. Isto está implícito nas entrelinhas das exigências dos editais de projetos. Se a academia tem se fechado cada vez mais para o conhecimento universal e socializante e se concentrado cada vez mais nos escritórios de projeto, questiona-se em que lugar fica o caráter de universalidade do conhecimento? Com base nesta questão, sugerimos outra: a produção acadêmica do conhecimento nas universidades tem seguido um caminho universalizante ou alienante? Para tentar responder a estas questões, remeteremos a análise a dois grandes filósofos: Nietzsche e Marx.

## **2. A mercantilização do conhecimento: fetichismo da mercadoria e alienação**

Karl Marx (1818 – 1883), alemão, vivenciou o período da Revolução Industrial em pleno desenvolvimento, no qual os traços sociais da exploração do trabalhador e das relações de submissão e dependência eram degradantes. Desiludido com a possibilidade de ingresso na academia, devido aos seus posicionamentos críticos, passou a trabalhar no jornal a *Gazeta Renana*. Mas Marx, nas suas andanças devido à perseguição do governo alemão, esteve em sintonia com os movimentos de luta da classe trabalhadora em vários países.

O entendimento da estrutura dinâmica do modo de produção capitalista levou Marx a ter como fonte essencial de sua investigação a economia política inglesa. A noção de capital em Marx surge fundamentalmente das relações sociais de produção que se originam e se desenvolvem sob o capitalismo. Ou seja, enfaticamente, o capital é, antes de qualquer atributo, uma relação social de produção (MARX, 1983). É o núcleo, a base do sistema. E a base dessa relação é a forma de propriedade específica que nasce desse sistema e passa a comandar as relações entre operários e patrões. É a propriedade privada dos meios de produção.

Contudo, o produto concreto dessas relações de produção e propriedade é a mercadoria. O surgimento do mercado – economia mercantil simples – não ocorreria se

não houvesse como pressuposto a produção de bens que satisfizessem necessidades humanas; e para aquele que se dispõem – seu tempo e seu trabalho – a produzi-los, não o fariam se não tivessem uma finalidade: o ganho, cuja categoria econômica denomina-se lucro. A forma lucro, como elemento de remuneração daquele que investe e como valorização daquilo que se investe, o dinheiro, é o que caracteriza a economia mercantil capitalista. A passagem da economia mercantil simples à economia mercantil capitalista é fundamental para entendermos a relação dialética entre o valor de uso e o valor de troca, de cuja síntese resulta o capital. Assim, afirma Marx:

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 1983, p. 162).

Mas, à medida que o capitalismo vai se desenvolvendo (autovalorização), a mercadoria vai assumindo outras formas, além da forma material que são os bens não tangíveis, os serviços, por exemplo. E o conhecimento é uma dessas mercadorias não tangíveis sobre o qual o capital se apoderou, transformando-o em meio de valorização do capital. Ou seja, sendo insaciável a necessidade de valorização do capital, ele vai se expandindo na atualidade para todas as formas possíveis de aplicação (conhecimento, turismo, sexo etc.).

A alienação originariamente diz respeito à propriedade como elemento estranhado do homem e, a partir dela, no processo de produção, a alienação se dá no processo produtivo e no seu resultado, a mercadoria, onde aquele que a produz não se reconhece no produto de seu trabalho, por duas razões: primeiro, a divisão do trabalho na produção de uma mercadoria fragmentou o trabalho de cada trabalhador, devido à especialização: o fruto do trabalho se torna estranho ao trabalhador e o nega, assumindo seus atributos em sua forma tangível (a forma da mercadoria) e intangível (a tecnologia); segundo que o trabalhador torna-se alienado de seu trabalho, de duas formas: primeiro, pois, sendo alienado do fruto de seu trabalho, ele se auto-aliena; segundo, pois, o que ele recebe em troca, o salário, é menor do que o trabalho nela despendido. Do que se descreveu acima, a alienação tem como raiz a divisão do trabalho, quando Marx afirma que:

“A *divisão do trabalho* é a expressão econômica do *caráter social do trabalho* no interior da alienação. Ou, posto que o *trabalho* não é senão uma expressão da atividade humana no interior da alienação, da exteriorização da vida como alienação da vida, assim também a *divisão do trabalho* nada mais é do que o pôr *alienado*, alheado da atividade humana enquanto *atividade genérica real* ou como *atividade do homem enquanto ser genérico*(MARX, 1978, p. 24) (grifos do autor).

É como deixasse de ser atributo do trabalho e passasse a ser atributo do capital, como entidade abstrata que reúne um conjunto de trabalhadores numa fábrica e sob seu controle é unicamente que se dá a produção de mercadorias. O que é aparência está de tal modo solidificado no meio social e nas mentes humanas, que se torna essência. Marx sintetiza este caráter alienante, ou seja, o fetiche do capital na seguinte frase: “dentro do processo de produção, o capital evoluiu para o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja, sobre o próprio trabalhador” (MARX, 1983, p. 244).

Mas, e no caso da produção do conhecimento em uma instituição pública, onde se encontra a alienação? Certamente, não é naquela noção original de Marx, mas assumiu formas mais desenvolvidas. A produção do conhecimento está em íntima sintonia com a produção de mercadorias, tangíveis ou intangíveis. Não se produz conhecimento que não tenha uma finalidade, seja ela social ou privada (econômica); seja o conhecimento produzido para as empresas ou para o Estado, através das universidades.

Portanto, a produção do conhecimento resulta na produção de um bem ou serviço ou, fundamentalmente, a produção (formação acadêmica) da força de trabalho com alto nível de qualificação que estão nas universidades e que passam a servir ao capital, para produzir lucro. Força de trabalho esta que não está a serviço da sociedade, mas a serviço do capital: economistas, administradores, agrônomos, a medicina capitalista etc. Educação e saúde tornaram-se mercadorias. Instituições educacionais e hospitais tornaram-se empresas. Conforme TREIN e RODRIGUES (2011, p. 777), “embora o conhecimento científico não seja em nada similar a uma mesa ou uma cadeira, para que o conhecimento seja efetivamente convertido em mercadoria é necessário que a sua produção emule a produção de outras mercadorias”. Assim, a universidade não só produz o produto-mercadoria – o conhecimento resultante das pesquisas -, mas também a força de trabalho-mercadoria.

Marx mostrou no capítulo XIII e em outras partes de *O Capital*, como a produção e a tecnologia estão a serviço da valorização do capital, mediante a busca incessante pela maior produtividade, devido à concorrência entre os capitais (capitalista versus capitalista) e o conflito entre trabalho e capital (capitalista versus trabalhador).

Mészáros (2006, p. 275), por sua vez, é enfático: “a educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da *economia*, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle *político*”. (itálicos do autor)

A síntese de Mészáros está em sintonia direta com a concepção de educação exposta por Nietzsche, como atividade a serviço do ganho e do Estado, como veremos a seguir.

### 3. A universidade como fábrica de operários

Friedrich Nietzsche (1844 – 1900), educador e filósofo alemão, nascido 26 anos após Marx, vivenciou também o capitalismo em plena ascensão, porém não tanto como Marx, pois Nietzsche viveu basicamente na Alemanha, como professor e educador. Suas conferências versaram sobre sua preocupação com a decadência da educação no ensino ginásial e nas universidades, não como formação intelectual e reflexiva, mas como atividade profissionalizante. Nesse contexto, duas situações se apresentam para a educação da época, como expõe o próprio autor:

Duas correntes aparentemente opostas, ambas nefastas nos seus efeitos e finalmente unidas nos seus resultados, dominam hoje os nossos estabelecimentos de ensino, originalmente fundadas em bases totalmente diferentes: por um lado, a tendência de estender tanto quanto possível a cultura, por outro lado, a tendência por reduzi-la e enfraquecê-la. (NIETZSCHE, p. 53)

A cultura, por diversas razões, deve ser estendida a círculos cada vez mais amplos, eis o que exige uma tendência. A outra, ao contrário, exige que a cultura abandone as suas ambições mais elevadas, mas nobres, mais sublimes, e que ponha humildemente a serviço não importa de que outra forma de vida, do Estado, por exemplo. (NIETZSCHE, p. 72)

A preocupação com a cultura em suas conferências, realizadas no período de juventude, demonstram sua preocupação com o desenvolvimento e direcionamento da educação no período vigente, à sua época. Nos seus escritos *Sobre o futuro dos nossos*

*estabelecimentos de ensino*, Nietzsche faz um diagnóstico sobre o mundo moderno e as ideias modernas, onde percebera na sociedade de sua época a mediocridade e a barbárie, cujo efeito na educação acabava por conservar os estudantes na ignorância, no que tange às questões filosóficas acerca da existência que alimentam valores de adequação, submissão e integração. Nietzsche critica radicalmente a intelectualidade da sua época na figura dos “eruditos” (especialistas), pois atribui que sua tarefa é de *educar para a conformidade e a submissão e os acusam de ser como operários de fábrica e reprodutor de uma “pseudocultura” momentânea atrelada à economia política* (grifo nosso).

Assim, um erudito, exclusivamente especializado, se parece com um operário de fábrica que, durante toda sua vida, não faz senão fabricar certo parafuso ou certo cabo para uma ferramenta ou uma máquina determinada, tarefa na qual ele exige, é preciso dizer, uma incrível virtuosidade”. (NIETZSCHE, p. 75)

Para Nietzsche, a educação está orientada para uma profissão, uma carreira, um cargo, ou seja, é movida por um “espírito utilitário”, buscando atender as demandas da produção e do mercado. Desta forma as instituições de ensino são acusadas por Nietzsche de serem transmissoras de *uma educação medíocre, utilitária, onde trata de transformar a inteligência a serviço da propriedade e do lucro* (grifo nosso).

Além disso, a mesma divisão do trabalho que vigora na indústria é refletida na divisão do trabalho na ciência e na distribuição das disciplinas acadêmicas, além do quadro de horário e questões burocráticas. Para Nietzsche, a academia não deveria estar preocupada com questões burocráticas, mas sim com a qualidade do ensino, o próprio, ensino, o saber e o fazer acadêmico. Ou seja, a ciência, isto é, a produção acadêmica inseriu-se num campo de divisão do trabalho, fora da fábrica, a serviço do capital. “A divisão do trabalho nas ciências visa praticamente o mesmo objetivo que aquele a que visam conscientemente aqui e ali as religiões: a redução, ou seja, o aniquilamento da cultura”. (NIETZSCHE, p. 76)

É importante ressaltar que nesse período Nietzsche aponta um crescente número de estabelecimentos de ensino, que tem como propósito a “cultivação da barbárie”, cuja intenção é *a criação de homens comuns, voltados para a busca da felicidade identificada com a utilidade e o dinheiro*. A barbárie diz respeito ao fato de que o ensino é para promover a emancipação humana e não atrelar-se particularmente a uma formação estritamente profissionalizante, que não enobrece os valores humanos.

Entendemos que a noção de barbárie em Nietzsche vai contra o espírito universalizante da academia. Este espírito seria aquele onde a universidade cuidaria da produção do conhecimento voltada para a emancipação dos cidadãos e, assim para a emancipação da humanidade, e não submetida aos interesses econômicos. O saber profissionalizante deveria estar submetido ao campo maior do conhecimento filosófico na descoberta e exaltação da existência humana como esfera superior da busca do conhecimento, e não a existência humana e seus saberes submetidos à cultura econômica do lucro. Neste sentido, a educação estava sendo voltada para “formar os indivíduos de tal modo que, do seu nível de conhecimento e de saber, ele possa extrair a maior quantidade possível de felicidade e de lucro.” (NIETZSCHE, p. 73)

A objetividade do conhecimento voltada para o ganho trazia, por sua vez, a velocidade na produção desta falsa cultura, de acordo com a exigência do mercado. A produtividade passou a ser também, na educação, uma fonte geradora de maiores lucros, de forma que a produção do conhecimento entrasse na esteira rolante da fábrica universitária, cuja máquina passa a controlar e a alienar o produtor do saber.

A união da inteligência e da <<propriedade>>, que se coloca como princípio nesta concepção do mundo, toma o valor de uma exigência moral. Segundo esta perspectiva, se chega mesmo a odiar toda cultura que torne solitário, que proponha findar para além do dinheiro e do ganho, ou que demande muito tempo; aqui, se tem o costume de descartar as tendências divergentes, que apelam para um <<egoísmo superior>> ou para o <<epicurismo imoral da cultura>>. A moral que está aqui em vigor exige seguramente algo de inverso, um dinheiro sonante, uma cultura *rápida*, para que alguém pudesse rapidamente se tornar um ser que ganha dinheiro, mas também uma cultura muito fundamentada, para que alguém pudesse se tornar um ser que ganha *muito* dinheiro. (NIETZSCHE, p. 73)

A preocupação de Nietzsche era com os caminhos da produção do conhecimento nas universidades, atrelados aos interesses econômicos, para promover a emancipação econômica da Alemanha. Quer dizer, a universidade passaria a ser uma extensão da fábrica, local onde se produzia conhecimento e tecnologia para as indústrias, visando os interesses do Estado e o lucro. A universidade tornou-se assim, à época de Nietzsche, um campo resultante da divisão do trabalho responsável pela produção de conhecimento cujo destino seria os interesses do capital.



Nesse sentido, o conhecimento torna-se mercadoria. Embora o conhecimento propriamente dito não seja uma mercadoria como um livro, ele estava a serviço da produção de outras mercadorias, onde os operários dessa “fábrica” eram intelectuais. Nos itens arrolados acima sobre Nietzsche e Marx, apresentam-se aspectos que ora diferenciam, ora aproximam os pensadores. É o que veremos agora.

#### **4. Encontros e desencontros intelectuais entre Nietzsche e Marx**

Marx e Nietzsche viveram numa mesma época. Um aspecto comum entre os dois pensadores foi a preocupação com a elevação do espírito humano. Este aspecto é o núcleo central que aproxima os dois e sintetiza suas percepções do ser humano. Nietzsche usou a cultura como categoria norteadora e finalidade do saber e do conhecimento; Marx referia-se à busca da essência e da existência humana, que era o princípio filosófico norteador de suas ideias.

No entanto, enquanto Marx procurou transformar sua filosofia em prática – filosofia materialista em contraposição à metafísica-, Nietzsche, ao mesmo tempo em que era professor, tomava a filosofia como a única ciência capaz de elevar culturalmente o homem e, assim, sair da barbárie. Tanto foi que após seu problema de saúde, na visão, ele passou a dedicar-se inteiramente à filosofia. O ambiente das excursões no campo da educação em Nietzsche tinha como preocupação os estabelecimentos de ensino na Alemanha. O horizonte das ideias de Marx ia para além dos muros das escolas e das universidades e, mais ainda, da Alemanha. Era um projeto revolucionário mundial.

Esse projeto unia a filosofia, a economia, a sociologia, a história e a política. Enquanto as obras de Marx destinavam-se ao conjunto da classe operária, Nietzsche afirmava em suas conferências que a educação transformadora e a elevação da cultura só seriam possível para um grupo restrito de eruditos: os professores com vocação – e não os aventureiros – e os filósofos.

Diferentemente de Nietzsche, Marx acreditava na difusão do conhecimento entre os próprios proletários para que o projeto revolucionário pudesse se efetivar. Nietzsche estava muito pessimista com a expansão dos estabelecimentos de ensino e com o aumento do número de professores que aquela expansão exigia o que acabaria por deteriorar o ensino e comprometer a conquista da cultura, quando professores despreparados e sem vocação

passariam a difundir o conhecimento do qual eles mesmos careciam. Quando Nietzsche fala desse conhecimento, especificamente ele remetia aos gregos. Mas ele sempre acreditou na possibilidade de transformação.

Nota-se, da parte de Nietzsche, que fica uma enorme lacuna em suas ideias sobre o futuro da educação, pois se o conhecimento era um atributo de uma minoria, o que fazer e qual o futuro das multidões de indivíduos, com o aumento da população, sem estabelecimentos de ensino e sem professores e filósofos, à imagem de Nietzsche, sem vocação. Seria possível preparar professores para a tarefa transformadora que acompanhasse o aumento dos estabelecimentos de ensino? Suspeita-se que não, pelo simples fato de que, para Nietzsche, ser professor era uma vocação. Então, não basta preparar; é preciso ter, antes de tudo, vocação. Mas, num aspecto Nietzsche estava certo: a proliferação dos estabelecimentos de ensino provocaria a entrada de professores sem vocação e, mais que isso, despreparados, cujo objetivo é garantir a sobrevivência e obter lucro.

Estamos muito longe daquele sonho de Nietzsche, pelo menos no Brasil, de que a elevação da cultura e do espírito humano requer que voltemos aos ensinamentos eruditos dos gregos. Se a Alemanha atual o alcançou, não sabemos. O contexto histórico naquela época, onde o capitalismo ainda estava se fortalecendo é bem diferente do contexto atual do capitalismo global, consolidado, onde o domínio sem fronteiras do capital, principalmente sobre a educação, tem transformado esta arte mais em objeto de lucro que de conhecimento, em faculdades e universidades públicas no Brasil.

Mas há aspectos econômicos centrais que aproximam muito Nietzsche de Marx. Vejamos:

Marx nunca tratou especificamente sobre a educação em suas obras. Os marxistas contemporâneos o fizeram e estão fazendo. Mas, mesmo assim, Marx deixou elementos, fragmentos e teorias que podem ser sistematizados num corpo teórico para caracterizar os rumos da educação no capitalismo contemporâneo. Três categorias analíticas, para ficar só nestas, dão conta desta tarefa: a razão dialética entre valor de uso e valor de troca, o fetichismo da mercadoria e, a esta ligada, a teoria da alienação. Mas podemos e devemos partir de um núcleo: o domínio exacerbado do capital sobre todas as instâncias da vida. Ou melhor, sintetizando, o total controle do capital sobre o trabalho.

Houve uma época histórica na vida econômica, caracterizada pela economia mercantil simples, na qual o trabalho tinha por única finalidade a satisfação das necessidades humanas, cuja condição pressuposta é a existência de seres humanos vivos, como disse Marx em *A Ideologia Alemã*. A segunda condição era a busca da satisfação das necessidades. O trabalho ainda não era objeto de domínio do homem para com outro homem. Como dizia Locke, a primeira forma de propriedade do ser humano é ele próprio, seu trabalho é sua propriedade. Daí que, tudo que provém do seu trabalho deve lhe pertencer.

*Embora as coisas da natureza sejam dadas a todos em comum, o homem como senhor de si mesmo e proprietário de sua própria pessoa e das ações ou trabalho dela, traz em si mesmo o grande fundamento da propriedade* (LOCKE citado por MARX, 1974, p. 235) (grifo nosso).

A proeminência do dinheiro, do ganho, do lucro, do valor-de-troca sobre a necessidade, a satisfação, a utilidade, o valor-de-uso dos bens muda toda a lógica do trabalho e da produção. É quando o dinheiro transforma-se em capital, passando a comprar, antes de qualquer mercadoria, a força de trabalho, a força criadora de valor, da mais valia, do lucro. O que antes, naquele momento anterior, era uma relação íntima entre o homem e o objeto de trabalho, transformando-o em um bem útil, que lhe pertencia, agora, tanto o objeto de trabalho como seu resultado – a mercadoria –, lhe é estranha: como disse Marx, o fetichismo representa as “relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (1983, p. 71). É uma relação de estranhamento entre o sujeito e o produto do seu trabalho, quando este assume os atributos daquele, negando-o. Esse estranhamento leva à alienação do sujeito para com “seu” objeto, em contrapartida, o próprio processo de trabalho e de produção torna-se alienante e, por fim, tem-se a auto-alienação do sujeito que trabalha.

Era contra esse destino da educação que Nietzsche reclamava: o conhecimento tornou-se objeto de ganho, de lucro, meio de sobrevivência, e não mais vocação. E aqui Nietzsche se encontra com Marx.

Marx colocou a filosofia como fundamento e para o entendimento da vida econômica. Tanto Marx como Nietzsche tinha em mira a ciência da Economia Política, campo original e dominante do conhecimento econômico, que nasceu com Adam Smith, David Ricardo, Jeremy Bentham, Say e Senior, principalmente. A Economia Política era o campo do conhecimento, onde intelectuais dessa época eram defensores das ideias liberais,

do mercado e dos interesses burgueses. O que Nietzsche criticava nos economistas políticos era fundamentalmente o caráter utilitarista e exageradamente liberal de suas ideias.

O desenvolvimento do sistema capitalista e a busca incessante pelo lucro e valorização permanente do capital ampliaram o campo de atuação deste, adentrando na contemporaneidade (neoliberalismo e globalização) as esferas não tangíveis da produção de mercadorias, ou seja, o setor de serviços. Nesse sentido, o conhecimento, ou, em outras palavras, a educação, tornou-se um campo de valorização do capital, em dois sentidos: o conhecimento como mercadoria intangível (serviço) e o conhecimento como um campo intermediário por meio do qual se ampliou quantitativa e qualitativamente a produção de mercadorias.

Nietzsche não tem em conta a noção de alienação como categoria filosófica, mas quando ele observa a produção do conhecimento nas universidades a serviço da profissão e o professor como operário, mão de obra na produção do conhecimento, sua noção de conhecimento se aproxima da noção de mercadoria em Marx, embora ele não desenvolva esta ideia. Portanto, quando se observa a noção do fetiche da mercadoria (valor-de-uso e valor-de-troca) e da alienação em Marx, no campo do processo de produção propriamente dito, e associa-se à ideia que Nietzsche forma sobre a educação, dá para se vislumbrar a possibilidade da transmutação do conhecimento de objeto de reflexão da existência e da essência humana para a noção de mercadoria, unindo os dois pensadores.

Esta cultura produtivista a serviço do Estado está hoje massificada na pirâmide institucional estatal, cujas exigências passam no topo desta pirâmide através do MEC, depois para a CAPES e o CNPq, e desce pelo elevador até as instâncias medianas das fundações estaduais de amparo à pesquisa, desembocando no chão da pirâmide, nas universidades. E aí que se desenrolam as formas mais perversas de saturação e *estress* físico e intelectual dos professores, que têm que responder às exigências do topo da pirâmide para que possam ser “produtivos”. Esta é a produção da ignorância e da alienação.

**Referências Bibliográficas:**

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Coleção *Os Economistas*, tomo I, vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia**. Difel: Rio de Janeiro. Livro 4, vol. I, 1974. MARX

K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

SOBRINHO, N. C. M. **Escritos sobre educação: Friedrich Nietzsche**. São Paulo: Edições

Loyola,  
2009.

TREIN, E. & RODRIGUES, J. **O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, set/dez, 2011.